

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano IV n. 45 Out. 2023
ISSN 2675-2573

Antonieta de Barros

**A ALMA FEMININA SE TEM DEIXADO
ESTAGNAR, POR MILHARES DE
ANOS, NUMA INÉRCIA CRIMINOSA.**



Filiada à
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 45 - Outubro de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Mirella Clerici Loayza

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista:

Isac Chateaneuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Calunda dos Santos Jorge

Girlene Nascimento da Silva Mantovani

Gizilda Barreto de Almeida Ribeiro

Graziela de Carvalho Monteiro

Jonatas Hericos Isidro de Lima

Lina dos Santos

Nelson André A. Quissungo

Rosemary Nunes Gomes

Sabalo João Luanda

Sheila Bastos Soares

Solange Alves Gomes Zaghi

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 45 (out. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 104 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.45

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.45>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Antônio Raimundo Pereira Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**08 ANTONIETA DE BARROS**

"A ALMA FEMININA SE TEM DEIXADO ESTAGNAR, POR MILHARES DE ANOS, NUMA INÉRCIA CRIMINOSA."

ARTIGOS
ARTIGOS

1. APLICAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA. DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E HÁBITOS NO ESTUDO DAS FUNÇÕES MATEMÁTICAS CALUNDA DOS SANTOS JORGE	11
2. A GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NAS AULAS DE MATEMÁTICA GIRLENE NASCIMENTO DA SILVA MANTOVAN	21
3. A INFLUÊNCIA DOS JOGOS NA VIDA E NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO	29
4. A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR JONATAS HERICOS ISIDRO DE LIMA	37
5. INSUCESSO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE AS CAUSAS NO CONTEXTO ANGOLANO LINA DOS SANTOS	45
6. QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA NELSON ANDRÉ A. QUISSUNGO	53
7. GESTÃO DEMOCRÁTICA E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO EM ITAQUAQUECETUBA ROSEMARY NUNES GOMES	69
8. A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE: VANTAGENS E DESVANTAGENS SABALO JOÃO LUANDA	75
9. LITERATURA E IMAGINAÇÃO INFANTIL SHEILA BASTOS SOARES	87
10. A NEUROPSICOPEDAGOGIA E SUAS INTERVENÇÕES SOLANGE ALVES GOMES ZAGH	95

A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO NO ENSINO SUPERIOR

JONATAS HERICOS ISIDRO DE LIMA

RESUMO

A formação de professores, em especial no Brasil, vem sofrendo pressão com o desenvolvimento da pesquisa científica há décadas, principalmente nas grandes universidades públicas, e por isso, entende-se que a prática docente se dá por meio do estudo e da pesquisa. Diversos autores acreditam que a pesquisa científica faz parte do ensino porque há conexões com o seu desenvolvimento, como a questão do protagonismo e da efetivação de políticas educacionais, culminando nas mudanças socioeconômicas e ideológicas que caracterizam o atual cenário educacional brasileiro em relação à formação de professores. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico a respeito do tema; e os resultados encontrados indicaram que ainda existe algumas fragilidades na formação pedagógica de professores que precisam ser sanadas com urgência.

Palavras-chave: Docentes; Educação Básica e Superior; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que atualmente, uma série de intervenções tem ocorrido tanto nas faculdades quanto nas universidades, em especial, em termos financeiros, trazendo consigo desafios constantes, por exemplo, no desenvolvimento da investigação científica.

Problemas como a má formação dos professores, a falta ou pouco interesse no desenvolvimento da pesquisa, a atual possibilidade de ingresso em cursos superiores mesmo com grande atraso na educação básica são alguns dos entraves à educação integral.

Portanto, justifica-se o presente artigo no tocante a trazer essa questão para discutir a fim de contribuir com a melhoria da formação da docente e conseqüentemente a qualidade do ensino.

Assim, como objetivo geral o presente artigo trata da trajetória da formação docente e o ensino superior no Brasil; e como objetivos específicos, questões relacionadas às políticas educacionais.

COMO O ENSINO SUPERIOR SE DESENVOLVEU NO BRASIL

No Brasil, no Século XX, houve a junção de algumas faculdades, com a criação das primeiras Universidades brasileiras: a Universidade da Amazônia, no ano de 1909; a Universidade Federal do Paraná, em 1912; e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em

1920; sendo criadas faculdades e institutos tecnológicos e de pesquisa em todo o território nacional. A primeira Universidade brasileira considerada contemporânea foi criada com base na tríade ensino, pesquisa e extensão: a Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1934 (HUMEREZ e JANKEVICIUS, 2015).

Masetto (2008), relata que o ensino superior teve como doutrina o modelo de ensino europeu. Boa parcela do ensino superior foi baseada nas universidades francesas que apresentavam características de uma escola autárquica, valorizando enormemente as ciências exatas e tecnológicas em detrimento da formação inicial de professores.

Os primeiros cursos superiores tinham como meta formar profissionais voltados para o mercado de trabalho, com base no pensamento da Revolução Industrial a fim de desempenhar uma profissão específica. Igualmente, a escolha do currículo contemplava exclusivamente as disciplinas ligadas ao exercício da profissão em questão (FRANCHINI et al., 2016).

O espírito científico, a criação cultural e o pensamento reflexivo deveriam ser algumas das prioridades no ensino superior: “[...] a função do Ensino Superior é de criar situações favoráveis ao desenvolvimento dos aprendizes nas diferentes áreas do conhecimento, no aspecto afetivo-emocional, nas habilidades e nas atitudes e valores” (MASSETO, 2008, p. 14).

No ano de 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), com o intuito de direcionar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico no país e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pela formação de docentes e pesquisadores.

Catorze anos depois, em 1965, a CAPES iniciou a regulamentação da Pós-graduação, com a aprovação inicial de 27 cursos de Mestrado e 11 de Doutorado. As atividades de pesquisa foram formalizadas e apoiadas na segunda metade do século XX. Em 1976, o Brasil já possuía 490 cursos de Mestrado e 183 de Doutorado.

Trinta anos depois, em 2006, somavam-se 2.344 Mestrados e 1.288 Doutorados; em 2015, já eram 3.165 cursos de Mestrado acadêmico, 579 cursos de Mestrado profissionalizante e 1.945 cursos de Doutorado reconhecidos pela CAPES, boa parte voltados para profissionais da educação (HUMEREZ e JANKEVICIUS, 2015).

Deve-se destacar que até a década de 1970, o ensino superior utilizava um modelo tradicional, exigindo como formação docente apenas o bacharelado, além de experiência profissional no campo em que iria ministrar aulas. Atualmente, esse modelo de formação não funciona mais, uma vez que os conhecimentos devem contemplar a autonomia e não mais decorar conteúdo.

Diversos educadores afirmam a relação existente entre a docência no Brasil, seus paradigmas e suas práticas pedagógicas existentes. Na Constituição de 1988, o capítulo referente ao Ensino Superior, trouxe novas diretrizes voltadas ao ensino, à pesquisa e a extensão nas instituições.

Em conformidade com Masetto (2008), hoje, a formação docente no ensino superior é definida a partir do domínio de competências e habilidades específicas, incluindo uma determinada área de conhecimento a serem compartilhadas com os estudantes.

Para que isso ocorra, é importante que as instituições invistam em formação concreta dentro da realidade do país, voltada para a formação docente, realizando produções acadêmicas, incentivando a pesquisa, desde a iniciação científica, até o Mestrado ou Doutorado, tanto voltado aos laboratórios de pesquisa, quanto para a formação de docentes (FRANCHINI et al., 2016).

A partir dessa problemática é factível refletir sobre as exigências que tem sido cada vez mais impostas na formação específica de docentes para ministrar aulas, sejam elas em escolas públicas ou privadas.

Em conformidade com as informações do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o preceito que regula a atuação de profissionais da educação está pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). De acordo com Veiga (2012), existe uma preocupação extremamente forte na atualidade com a qualidade dos resultados da educação, indicando a relevância da formação científica, política e pedagógica dos docentes que trabalham nas escolas públicas e privadas.

A LDBEN, enquanto legislação tem sofrido alterações constantemente perdendo dentre outros aspectos, a inovação, havendo a necessidade de ajustes para que esteja de acordo com as inúmeras mudanças que ocorrem na sociedade e que influenciam de forma direta a organização do processo educacional.

Isso demonstra a necessidade de revisão da legislação que discuta sobre a formação inicial e em especial específica, que esteja em concordância com as diferentes mudanças sociais, educacionais, e políticas que vem ocorrendo durante as últimas décadas (BERNARDO e VASCONCELLOS, 2021).

O ensino, a pesquisa e a extensão são áreas de diálogo de um mesmo fazer, contribuindo para um olhar diferenciado no Ensino Superior quanto a formação de profissionais da educação, na diretriz de uma práxis acadêmica integrada e interdisciplinar, que converse entre todas as disciplinas com o escopo de gerar novos conhecimentos principalmente para a formação de professores.

Assim, um dos desafios da formação docente é sustentar uma educação de qualidade, porque, o que se vê é um universo acadêmico escasso, já que os cursos ministrados nem sempre dão o suporte necessário para se trabalhar em sala de aula com tantas adversidades, o que tem resultado na perda em parte da qualidade do ensino e da pesquisa no Brasil (FRANCHINI et al., 2016).

Assim:

Os professores dizem que o seu principal professor tem sido a experiência; eles aprenderam a ensinar através de ensaios e erros na sala de aula. Aquilo que eles visualizam como processo de aquisição, são práticas testadas pessoalmente, não um refinamento ou aplicação de princípios de instrução geralmente válidos. Eles insistem que a influência dos outros são escolhidas através de seus conceitos pessoais e são sujeitas a testes práticos. As conotações do termo socialização parecem um tanto tendenciosas quando aplicadas a este tipo de indução, visto que elas implicam numa maior

receptividade para a cultura preexistente, que parece prevalecer. Os professores são, em grande parte, “formados por si mesmos”; a internalização do conhecimento comum é apenas uma pequena parte de seu movimento em direção à responsabilidade do trabalho (LORTIE, 1975, p. 80).

O autor ainda se mostra pouco esperançoso na possibilidade de que se construa um currículo de formação inicial do professor. Ele acredita que é mais plausível se falar em “programas de iniciação na profissão docente” (GARCIA, 1999, s/p.).

QUESTÕES RELACIONADAS À POLÍTICA EDUCACIONAL

No ano de 2019, o governo federal anunciou a redução de cerca de 5.000 bolsas para pesquisa no ensino superior voltadas a cursos de pós-graduação relacionados a trabalhos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Nos primeiros oito meses desse mandato, 11.811 bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Universitário (Capes) foram canceladas, e esse cenário não foi modificado até o momento.

Em um período de quase 70 anos, a Capes foi responsável pelo desenvolvimento da pesquisa no país, tornando-se uma das instituições de referência no assunto. A presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos, Flávia Calé, disse no ano de 2019 em entrevista à Folha de São Paulo que o cenário é triste para os pós-graduandos: o que se propõe é a morte da pesquisa no Brasil. Um corte no orçamento pela metade deve impossibilitar o trabalho da pós-graduação (CAMARGO, 2019).

A Capes foi obrigada a reduzir verbas dos seguintes programas: Programa Demanda Social (DS); Programa de Excelência Acadêmica (PROEX); Programa de Apoio à Pós-Graduação em Instituições de Ensino Superior Comunitárias (PROSUC); Programa de Apoio à Pós-Graduação em Instituições Particulares de Ensino (PROSUP) e Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também teve que cortar verbas. A retomada de projetos de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico do país ficou dependente da liberação de créditos complementares, o que se intensificou ainda mais devido a Pandemia da Covid-19.

Essa é uma perda significativa para o país, pois é nas universidades públicas que a demanda por publicações científicas, como artigos, cai. Na mesma medida, o deputado do PCdoB Márcio Jerry (MA) criou o Projeto de Lei de Produção Científica já em desenvolvimento pela comunidade científica brasileira a fim de retornar o direito a verba para a manutenção das pesquisas no Brasil (CAMARGO, 2019).

O projeto de lei aguardava o parecer do relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicações e Informática (CCTCI) até meados de agosto de 2019, o que significa que a medida de suspensão se mantém em vigor até o momento e traz prejuízos significativos para a ciência do país (CAMARGO, 2019).

É preciso pensar nos fundamentos da formação de professores no contexto do ensino superior, no âmbito das políticas públicas e discutir possíveis implicações e desdobramentos

a partir dos acontecimentos político-pedagógicos atuais sobre o desenvolvimento da pesquisa no país.

Infelizmente, ao longo da pesquisa nos deparamos com desafios relacionados à formação de professores. Um exemplo é a forma como o trabalho acadêmico está sendo produzido atualmente. Muitas das faculdades e universidades do país pressionaram seus pesquisadores a desenvolverem ciência rapidamente, por exemplo, para classificar sua instituição nas avaliações estaduais.

Assim, a construção do conhecimento perde sua função baseada na quantidade versus qualidade, o que muitas vezes reduz a relevância do trabalho. O que temos observado é a busca incessante por publicações que tem consumido professores, pesquisadores e alunos apenas para atingir os objetivos em relação a outras instituições de ensino.

Outro problema diz respeito a possíveis deficiências na formação de professores (DEITOS, 2012). Até dez anos atrás, as faculdades empregavam pelo menos 67 mestres e doutores, o que aumentava os custos, pois, os salários eram relativamente altos. Nos últimos anos, o número de professores em geral diminuiu, onde especialistas começaram a ministrar cursos, levando a uma redução nos custos.

Outras instituições passaram a ministrar cursos à distância (EAD), onde um profissional específico se torna tutor de vários cursos e alunos ao mesmo tempo em que o contato é feito pela plataforma. Considerando que a Lei nº 9.394/96, em seu art. 66 estipula que a preparação para o ingresso no ensino superior se dá em nível de pós-graduação, princ

Em relação à última questão, se as universidades têm priorizado atualmente a formação pedagógica, o ensino e a pesquisa, pode-se dizer que sim, mas, as atuais políticas públicas têm impedido de alguma forma o avanço da pesquisa acadêmica, pois, muitos alunos têm bolsas perdidas durante o desenvolvimento de pesquisas.

Além disso, muitos deixaram seus empregos, casas, familiares e até se mudaram para outra cidade para conseguir uma bolsa de estudos e continuar os estudos. Com o corte de verbas, a continuidade de muitos projetos de pesquisa torna-se impossível. Existem universidades privadas que possuem boas notas na avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e se baseiam no desenvolvimento de pesquisas científicas em áreas específicas, como a engenharia civil.

Assim, as universidades privadas também possuem bolsas, mas, todas as dificuldades enfrentadas ao longo do caminho fazem com que muitos alunos desistam de cursar o ensino superior.

A manutenção dos laboratórios, assim como a pesquisa, só tem se sustentado devido a novas parcerias com empresas privadas que investem em educação, caso contrário não conseguiriam manter o padrão atual. Além disso, no que diz respeito à produção de artigos científicos, encontrou-se uma alternativa para dar continuidade à sua produção (CRUZ e COSTA, 2017).

Portanto, essas instituições tornaram-se exemplos de como a pesquisa no Brasil está realmente em terreno instável. Por um lado, coloca a produção científica em primeiro plano, por outro, também coloca em primeiro plano a quantidade e não a qualidade do que é publicado.

Assim, de acordo com a Constituição de 1988, ensino, pesquisa e formação de professores formam a base para o desenvolvimento das universidades no país. Por isso, tanto a produção científica quanto a docência no ensino superior tem sido questionada, principalmente pelo atual governo. Rauter (2012), explica que até o governo anterior, as políticas públicas financiavam pesquisas para incentivar a divulgação científica no país. Adversidades como tempo, investimento, competição, produção em massa e o baixo nível de formação de professores têm pressionado significativamente o campo científico.

Além disso, políticas públicas recentemente impostas estão fechando as portas para muitas pesquisas que poderiam beneficiar o país. Aqueles que incentivam a pesquisa e a inovação tecnológica são extremamente importantes para o desenvolvimento econômico. A grande maioria dos países desenvolvidos, assim como aqueles que querem chegar lá, entendem que a política deve estimular e acelerar a pesquisa acadêmica e não o contrário.

O Brasil, por outro lado, caminha para um dos maiores atrasos científicos da história do país com os últimos ataques. Segundo Oliveira, colunista da revista *Época*, o Brasil ocupava em 2019 a 10ª posição em Despesa Interna Bruta em Pesquisa e Desenvolvimento (DIBPD), incluindo investimentos do setor privado. No entanto, em comparação com outros países, sua posição é a 24ª per capita. O declínio é ainda maior no ranking de investimento em relação ao PIB, que ocupava até então a 28ª posição com apenas 1,2.

Freitas et al. (2014, p. 290) definem: “[...] os discursos negam a legitimidade do currículo, da pesquisa e da formação docente no atual cenário das instituições de ensino superior. Ser pesquisador no campo está se tornando cada vez mais difícil”.

Assim:

A cultura acadêmica não é tributária apenas da experiência historicamente acumulada nos padrões de atuação dos grupos profissionais. Ela é influenciada pelas pressões e expectativas externas e pelos requerimentos situacionais dos sujeitos envolvidos. Essa característica põe em evidência a articulação entre a cultura acadêmica e o processo social mais amplo, isto é, sua dimensão ideológica e política e, por isso mesmo, não neutra (CUNHA e ZANCHET, 2010, p. 185).

Com isso em mente, deve-se abordar a importância da pesquisa, bem como do trabalho desenvolvido no ensino superior, uma vez que as produções científicas estão diretamente ligadas ao desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, à economia do país. Novas pesquisas precisam ser realizadas para apoiar a necessidade de mudança das novas políticas públicas vigentes no país para que o desenvolvimento da ciência volte ao que era antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

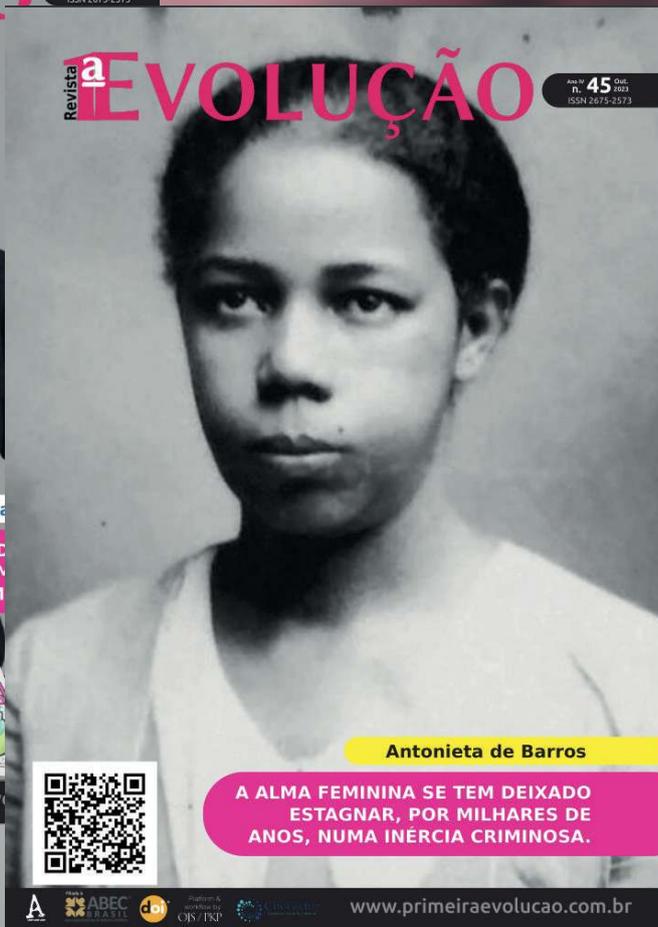
Sabe-se que o direito a Educação está previsto na Constituição de 1988. Nessa mesma legislação, dentre outras considerações, o Ensino Superior em especial, passou a receber novas diretrizes voltadas ao ensino, especialmente, quanto a formação de professores.

É possível observar no cotidiano escolar e das Instituições de Ensino Superior, as mais diferentes práticas e concepções da formação de professores. Entretanto, quanto a responsabilidade pelos cursos de formação continuada no formato EAD, por exemplo, sendo importante considerar as metodologias e políticas públicas que são implementadas nesse ramo educacional, conhecendo a realidade em que elas são disponibilizadas e para quem as utiliza, para que não continuem se tornando armadilhas de dominação ou exclusão social, principalmente no tocante a má formação desta classe.

Por fim, quanto a formação de professores, no país, sem dúvida tem sido uma das problemáticas no Ensino Superior. Por um lado, retrata uma formação preocupada com as exigências da sociedade moderna, por outro o investimento, a produção em escala, a competição, e a própria falta de formação continuada dos docentes interferem diretamente nesse processo.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, E.S.; VASCONCELLOS, K. Ser professor, uma construção em três atos: formação, indução e desenvolvimento na carreira. **Educação em Revista**|Belo Horizonte|v.37|e32800|2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/55RGtLfGwtFtZKKRnHZJ4YN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996.
- CAMARGO, L.M. **Governo Bolsonaro anuncia novo corte e cancela 5,8 mil bolsas de pesquisa**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/governo-bolsonaro-anuncia-novo-corte-e-cancela-58-mil-bolsas-de-pesquisa/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- CRUZ, E.C.; COSTA, D.B. da. A Importância da Formação Continuada e sua Relação com a Prática Docente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 08. Ano 02, Vol. 03. pp 42-58, Novembro de 2017.
- CUNHA, M.I. da; ZANCHET, B.M.B.A. A problemática dos professores iniciantes: tendência e prática investigativa no espaço universitário. **Educação, Porto Alegre**, v. 33, n. 3, p. 189–197, set./dez. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.puc>
- DEITOS, R.A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológico e socioeconômico. In: PULLIN, E.M.M. P.; BERBEL, N.A. (Org.). **Pesquisas em educação: inquietações e desafios**. Londrina, PR: EdueL, 2012. p. 145-162.
- FRANCHINI, F.; FREITAS, I.; ENNSER, M.C.; BODEZA, M.; FERREIRA, M. Desafios à docência no Ensino Superior em tempos neoliberais. **RG&PP** vol. 6(1): 118-139, 2016.
- FREITAS, S.L.; COSTA, M.G.N. da; MIRANDA, F.A. de. Avaliação educacional: formas de uso na prática pedagógica. **Meta:avaliação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?q=http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/217/pdf&sa=U&ved=2ahUKewjQtq229dfiAhVLLlkGHV-NDVEQFjAAegQICBAB&usq=AOvVaw1ODX7xz7RaPdxX-75kMz4E>. Acesso em: 16 out. 2023.
- GARCIA, M.C. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal: Porto Editora, 1999.
- HUMEREZ, D.C.; JANKEVICIUS, J.V. **Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil**. Disponível em: . Acesso em: 18 out. 2023.
- MASETTO, M.T. (Org.). **Docência na universidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- RAUTER, L. **Crise na educação e teoria da história: alguns apontamentos**. 2012. Disponível em: <http://snhhistoriografia.wordpress.com/2012/05/09/crise-naeducacao-e-teoria-da-historia-alguns-apontamentos-luisa-rauter/>. Acesso em: 18 out. 2023.



Antonieta de Barros

A ALMA FEMININA SE TEM DEIXADO ESTAGNAR, POR MILHARES DE ANOS, NUMA INÉRCIA CRIMINOSA.



www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Calunda dos Santos Jorge
Girlene Nascimento da Silva Mantovani
Gizilda Barreto de Almeida Ribeiro
Graziela de Carvalho Monteiro
Jonatas Hericos Isidro de Lima
Lina dos Santos
Nelson André A. Quissungo
Rosemary Nunes Gomes
Sabalo João Luanda
Sheila Bastos Soares
Solange Alves Gomes Zaghi



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.45>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

